

Recensões

Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista, de Vanilda Paiva

A edição original desta obra remonta a 1980 (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Coleção Educação e Transformação) e corresponde, com algumas pequenas alterações, ao trabalho de investigação realizado pela autora, consubstanciado na sua Tese de Doutoramento. Apesar de traduzida em espanhol, alemão e inglês, só vinte anos mais tarde viria conhecer uma reedição no Brasil, permanecendo, no quadro da vastíssima bibliografia consagrada à obra de Paulo Freire, como uma obra pouco conhecida, deliberadamente ignorada ou esquecida. A esta omissão não será certamente alheio o conteúdo da obra e a originalidade da sua tese fundamental: a autora estabelece uma relação entre a acção pedagógica e a produção teórica de Paulo Freire, até 1965, e a ideologia nacionalista e desenvolvimentista, de cariz populista, desenvolvida e divulgada a partir de um núcleo de intelectuais agrupados institucionalmente no ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros). Essa ideologia é apresentada por Vanilda Paiva como a tradução política e intelectual para a realidade brasileira dos anos 50 e 60 — zona periférica do mundo capitalista — do keynesianismo e das ideias sociais que serviram de base aos “Estados Providência”.

Esta proposta de abordagem crítica da obra e do pensamento de Paulo Freire, na fase que termina com o golpe de estado militar de 1964, procura situar a acção e o pensamento de Paulo Freire no seu tempo e lugar históricos, o que conduz, em contracorrente com aqueles que dele propõem uma visão essencialmente panegírica e simultaneamente com os seus detractores, a defender teses, propor hipóteses e interrogações que, pela incomodidade que eventualmente possam produzir, se traduziram numa atenção ao trabalho de Vanilda Paiva que está muito aquém dos seus méritos.

Como refere António Nóvoa¹ (1998, p. 169), a vida e a obra de Paulo Freire estão inscritas no imaginário pedagógico do século XX, constituindo uma missão quase impossível a separação do *homem do mito*. É este lado mitológico de Paulo Freire que tem alimentado uma produção intelectual que, em muitos casos, assume claras características hagiográficas. O papel das ciências sociais, e em particular da sociologia, consiste em dar “caça aos mitos”, desmontar ideias recebidas, reequacionar e reformular problemas. É por ter adoptado esta postura epistemológica que a obra de Vanilda Paiva é susceptível de abalar algumas ortodoxias simplificadoras. Mas é também essa reflexividade crítica que lhe permitiu escrever um livro que, como escreveu João Trajano Sento-Sé na nota de apresentação desta edição, “abre possibilidades para que outros livros sejam lidos e escritos”, não tendo a “pretensão de ser definitivo” e transformando-se, por isso, num “clássico” que é um dos “mais belos trabalhos de história das ideias já produzidos no Brasil”.

A famosa experiência de Angicos, legitimada pela presença e o aval político do então presidente João Goulart, tornou Paulo Freire um dos mais conhecidos e prestigiados pedagogos no Brasil, particularmente através do “método de alfabetização” proposto, experimentado e apresentado como capaz de alfabetizar adultos em apenas 40 horas. Este método constituiria a base para a realização de um ambicioso Plano Nacional de Alfabetização (PNA) que propunha como meta a alfabetização de cinco milhões de brasileiros no curto período de dois anos. A esperança suscitada pelo “método Paulo Freire” de representar uma solução pedagógica de validade universal, de efeitos quase milagrosos, explica a notoriedade ganha por Paulo Freire num contexto nacional e internacional em que o analfabetismo e o desenvolvimento eram encarados como problemáticas centrais e umbilicalmente ligadas.

Ao nível brasileiro, a existência de níveis de analfabetismo próximos dos 50%, com repercussões drásticas na amplitude do universo de eleitores (a alfabetização era condição necessária para exercer o direito de voto), transformava a questão do combate ao analfabetismo numa questão eminentemente política, directamente articulada com os projectos de modernização económica e social do Brasil. Os projectos desenvolvimentistas e de cariz nacionalista eram naturalmente encorajados por uma conjuntura política internacional favorável ao desenvolvimentismo, o que do ponto de vista ocidental representava uma resposta ao perigo do alargamento da área de influência soviética, num contexto de “guerra fria”. O início dos anos 60 coincide temporalmente com a política norte americana da “Aliança para o progresso”, dirigida ao sul do continente e, como refere Vanilda Paiva, a experimentação do método de Paulo Freire foi parcialmente financiada por uma agência norte americana para o desenvolvimento internacional (US. Agency for International Development). O golpe militar de 1964 conduziu Paulo Freire à prisão, num primeiro momento, e ao exílio, num segundo momento. Aqui se transformou no “tradutor” pedagógico das ideias do Concílio Vaticano II, por ser fundamentalmente “um homem prático e um militante político e religioso” e pelo protagonismo que lhe foi proporcionado pelo Conselho Mundial das Igrejas. Como sugere Vanilda Paiva, o golpe militar de 1964 poupou Freire à erosão crítica que a concretização do Plano Nacional de Alfabetização quase inevitavelmente suscitaria e, por outro lado, projectou-o para uma acção internacional no contexto de uma vaga de movimentos de libertação nacional, também eles confrontados e tributários da ideologia desenvolvimentista. Para Vanilda Paiva, a continuada e crescente notoriedade e reconhecimento internacionais de Paulo Freire permanecem pouco esclarecidos, se a origem das suas ideias, as suas vertentes pragmática e ecléctica, não forem analisadas à luz do contexto histórico brasileiro e internacional dos anos 50 e 60.

Em relação ao contexto brasileiro, no seu trabalho de investigação Vanilda Paiva desvenda as conexões directas das ideias e da acção de Paulo Freire com o nacional desenvolvimentismo propugnado pelos intelectuais do ISEB e, através desta influência, a conexão mais indirecta com a corrente populista representada por Getúlio Vargas e que marca toda a realidade política do século XX brasileiro desde os movimentos dos jovens tenentes contra a “República Velha”, a partir da década de 20.

Em matéria de nacionalismo, desenvolvimentismo e populismo, as fronteiras entre esquerdas e direitas são fluidas, sendo comuns muitas das vertentes desse património ideológico. A osmose política, traduzida numa espécie de unidade conflitual entre forças aparentemente opostas do espectro político brasileiro, tem a sua me-

lhor expressão no percurso político de Luís Carlos Prestes. Será esta uma das razões possíveis para uma certa hostilidade da intelectualidade universitária em acolher uma proposta de “explicar política e intelectualmente o surgimento do método e das ideias de Paulo Freire”, recolocando-o no seu contexto histórico e procurando a “descoberta do social a partir do pedagógico”, principalmente tendo em conta a época da publicação, em plena ditadura militar.

O trabalho analítico e interpretativo realizado por Vanilda Paiva constitui uma contribuição teórica relevante para a compreensão da obra e do pensamento de Paulo Freire. O valor dessa contribuição pode ser, do nosso ponto de vista, sintetizado em seis ideias principais que, muito sinteticamente passamos a enunciar:

– A filiação nacionalista e desenvolvimentista da acção e pensamento de Paulo Freire exprime-se no modo como interpretava a realidade brasileira, apelando a um processo de desenvolvimento que permitisse a transição de uma sociedade “arcaica” para uma sociedade “moderna”, marcada por uma efectiva democratização política. Nas palavras de Vanilda Paiva, a “preocupação de Freire é a de desenvolver uma pedagogia adequada a essa mudança”, propiciadora da formação de um “homem democrático”, susceptível de corresponder à situação de transição vivida pela sociedade brasileira (pp. 144-145);

– No quadro de uma “Revolução Brasileira” baseada no consenso e comandada pela razão - expectativa de grande parte da intelectualidade brasileira nos anos 50 e inícios dos anos 60 - insere-se a ideia de mudança associada à pedagogia de Paulo Freire, cujos limites ficam claros “quando vemos que, “para ele, a mudança exige reformas sociais que devem ser promovidas mediante o consenso entre grupos e classes sociais” (p. 150);

– É no quadro destes limites que deve ser entendido o alcance do conceito de conscientização que, nesta fase, representa para Freire, não uma forma de “consciência de classe”, mas “um tipo de consciência que permitisse a percepção da situação global do país de modo a gerar acções que promovessem o desenvolvimento nacional e consolidassem a democracia parlamentar” (p. 159);

– É desta perspectiva que a concepção pedagógica de Freire pode ser encarada, como sustenta a autora do livro, enquanto tradução “sob o manto do combate ao autoritarismo tradicional da sociedade brasileira, do autoritarismo ‘esclarecido’ subjacente ao isebianismo”;

– É neste sentido que a proposta pedagógica elaborada por Paulo Freire no final dos anos 50 e inícios dos anos 60 pode ser interpretada como uma pedagogia directiva: “educar as massas era conquistá-las para a ‘ideologia do desenvolvimento’ formulada pelos isebianos. (...) Se aceitarmos que o isebianismo é uma expressão teórica do populismo, não podemos deixar de perceber tal carácter nesta tradução pedagógica do nacionalismo desenvolvimentista por Freire” (p. 209);

– Um certo autoritarismo pedagógico é consonante com o papel atribuído ao Estado e à sua acção planificada, no sentido de promover a passagem de uma sociedade agrária e oligárquica para uma sociedade industrial moderna. Esta vertente contrasta com uma progressiva orientação pedagógica não directiva que confere ao pensamento de Freire uma ambiguidade essencial entre um “não diretivismo pedagógico nas relações face a face e certo dirigismo no plano ideológico mais amplo, ditado pelos valores básicos de sua proposta histórico-social, religiosa e cultural” (p. 25).

Como a autora não se cansa de sublinhar, este estudo diz respeito ao período da acção e da obra de Paulo Freire na sua etapa inicial, cobrindo o período que vai até 1965. A evolução de Freire a partir da segunda metade dos anos 60 exige uma abordagem específica que não foi objectivo deste trabalho. Ele representa, sem dúvida, um contributo indispensável à análise, estudo e compreensão da posterior trajectória intelectual e política de Paulo Freire. Pelas questões que levanta, pelas perguntas que induz e pela sua actualidade para a

discussão do potencial transformador e emancipatório da educação, é urgente retirar do esquecimento, reler e discutir, este livro apaixonante e estimulante.

NOTAS

1. Vide NÓVOA, António (1998). Paulo Freire (1921-1997): a “inteireza” de um pedagogo utópico. In M. Apple e A. Nóvoa (orgs.). *Paulo Freire: política e pedagogia*. Porto: Porto Editora, pp. 167-187.

RUI CANÁRIO

Canário, Rui (2007). Recensão da obra “Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista”, de Vanilda Paiva [2000 (reedição)]. São Paulo: Graal. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, 2, pp. 83-86
Consultado em [mês, ano], em: <http://sisifo.fpce.ul.pt>

